



## GOVERNO

# Haddad garante busca pelo equilíbrio fiscal

Ministro tenta desfazer mal-estar causado pela declaração de Lula de que déficit zero não é preciso. Assegura que meta está mantida

» EDLA LULA

Reproduções/YouTube

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negou, ontem, que falte ao governo o compromisso com o equilíbrio fiscal do país. Ele convocou uma entrevista coletiva para tentar desfazer o mal-estar causado pela declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na sexta-feira, de que o Brasil não precisa de déficit zero — meta que o ministro garante que está sendo perseguida pela equipe econômica. Desde então, prevalece a impressão de que Haddad e Lula divergem sobre o objetivo fiscal a ser perseguido pelo governo.

Mas, na coletiva, o ministro não demonstrou estar disposto a tirar as dúvidas. À primeira pergunta — se estava mantida a meta de zerar o déficit fiscal em 2024 —, Haddad desconversou. Explicou as razões pelas quais, na sexta-feira, Lula teria dito não acreditar que o Brasil fosse cumprir tal objetivo.

A preocupação do presidente, segundo o ministro, referia-se a duas medidas de 2017 que o governo, agora, tenta derrubar por meio de proposições encaminhadas ao Congresso. Uma das propostas está relacionada com a Lei Complementar 160/17, que permitiu abater, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), os incentivos fiscais dados pelos estados às empresas. A estimativa para este ano, segundo Haddad, é que o governo deixa de arrecadar R\$ 200 bilhões por conta dessa desoneração.

Outra proposta está na medida provisória que limita o abatimento das subvenções do ICMS do pagamento de impostos federais das empresas. A previsão do governo é arrecadar R\$ 35,3 bilhões em 2024, caso a MP seja aprovada.



Haddad ouve, mais uma vez, a pergunta sobre a mudança da meta...



...e reage com irritação. Responde que o objetivo ainda é o mesmo...

“Queremos que (os números) sejam publicizados para que a sociedade acompanhe que não há, da parte do presidente, nenhum descompromisso. Muito pelo contrário. Se ele não estivesse preocupado com a situação fiscal, não estaria pedindo apoio da área econômica para

a orientação das lideranças do Congresso”, explicou.

### Reunião

Para o ministro, a prova de que o presidente tem preocupação com esse assunto é que hoje reúne as lideranças no



...e encerra a coletiva que tentou pôr fim à dúvida causada por Lula

Congresso, no Palácio do Planalto, para debatê-lo.

Diante da insistência dos repórteres sobre se haveria mudança de meta, Haddad reforçou que o compromisso é a busca do equilíbrio fiscal. “Minha meta está estabelecida. Vou buscar o equilíbrio fiscal de todas as

formas justas e necessárias para que tenhamos um país melhor”, enfatizou.

Por diversas vezes, Haddad frisou que seu papel como ministro da Fazenda é trabalhar pelo equilíbrio fiscal não por ser “ortodoxo ou por pressão do mercado”, mas por acreditar na

importância de manter as contas do governo equilibradas.

“Não mudei de ideia, continuo com a mesma porque acredito que vai ser o melhor para o país. Agora, preciso de apoio político. Preciso do Congresso, preciso do Judiciário. E tenho tido a colaboração, até aqui, tanto de um quanto do outro. As vitórias que tivemos no Judiciário este ano foram expressivas”, salientou.

A certa altura da coletiva, porém, Haddad se incomodou com a insistência na pergunta sobre se o governo mudaria a meta fiscal para 2024. “É a quarta vez que respondo. Para o Ministério da Fazenda, vamos levar medidas para o governo, para que os objetivos sejam alcançados, independentemente desses contratempos que foram apurados ao longo do exercício, e que têm trazido a erosão da base de cálculo dos tributos federais. Mas é preciso validar, na política, as decisões que vão ser tomadas”, disse, encerrando a entrevista.

Horas depois, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, veio a público para negar que haja algum desacordo entre Haddad e Lula. Disse que “quem especular que não há sintonia” entre o presidente e o ministro da Fazenda “vai perder dinheiro de novo”.

Acrescentou, ainda, que a prioridade do governo, até o final do ano, é aprovar projetos no Congresso que ampliem a arrecadação e tragam equilíbrio macroeconômico. Segundo Padilha, esse esforço não foi prejudicado pela fala de Lula na sexta-feira.

Na coletiva, Haddad ainda anunciou os nomes de Paulo Picchetti e Rodrigo Teixeira para a diretoria do Banco Central (BC). O primeiro assume a Diretoria de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos; o segundo, a Diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta da instituição.

## Estimativa piora com crítica do presidente

» ROSANA HESSEL

Após a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, minimizando o compromisso de respeitar a meta fiscal, o mercado piorou as projeções para a taxa básica da economia (Selic) de 2024 e 2025. E sinaliza a piora nas estimativas para o resultado primário do próximo ano, chegando a prever rombo de até 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Pela nova meta fiscal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, precisa zerar o rombo fiscal em 2024, mas essa missão é considerada impossível no momento. A confiança do mercado financeiro no governo, que vem encolhendo desde agosto, deu sinais de piora com as novas projeções do boletim Focus, do Banco Central, e o desempenho da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), que escorregou 0,68%, ontem, para 112.531 pontos.

A mediana das estimativas dos economistas para a Selic de 2024 coletadas no Focus, depois de 11 semanas com perspectiva estável em 9%, subiu para 9,25% ao

ano. Mas há analistas que admitem que haverá novas revisões para cima.

As projeções para a Selic, atualmente em 12,75% ao ano, para o fim de 2023 foram mantidas em 11,75%. Ou seja, considera dois cortes pelo Copom, de 0,50 ponto percentual, nesta semana e em dezembro.

Houve leve piora na expectativa de crescimento da economia, em 2023, passando de 2,90% — no Focus da semana passada — para 2,89%, no desta semana. Para 2024, as estimativas para o crescimento do PIB ficaram estáveis em 1,50%.

### Perspectivas

De acordo com Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, as declarações de Lula tendem a piorar as perspectivas. “A fala do presidente confirmou uma expectativa do mercado, mas, ao escancará-la, trará dificuldades políticas para um ministro que está emparedado pelo resto do governo e o Congresso, lamentou.

## Horizonte de incerteza

Receitas previstas no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024 que podem não se concretizar

Dados em R\$ bilhões

Descrição	Previsão de Impacto no PLOA	Previsão da IFI considerando cenário base
Medidas legislativas	168,5	51,9
Subvenção para investimento – MP 1.185/2023	35,3	3,5
Aposta de quota fixa do Imposto de Renda – MP 1.182/2023	0,7	0,7
Novo regime de tributação simplificada – Imposto de Importação – IN 2.246/2023	2,9	2,9
Fundos fechados de estoque e fluxo – Imposto de Renda – MP 1.184/2023	13,3	2,0
Tributação de ativos financeiros no exterior (offshore) – PL 4.173/2023	7,0	1,10
Fim da dedutibilidade de Juros sob Capital Próprio (JCP) – PL 4.258/2023	10,4	10,4
Recuperação de créditos no Carf – PL 2.384/2023	97,9	30,3
Receitas administradas por outros órgãos	0,9	0,9
Taxas de loteria de apostas por quota fixa – PL 3.626/2023	0,9	0,9
Outras receitas	107,9	55,8
Reoneração dos combustíveis/Pis-cofins – MPs 1.175 e 1.178	30,0	30,0
Exclusão do ICMS da base de cálculo de créditos de Pis-cofins	57,9	5,8
Preços de transferências – IR-CSLL – Lei 14.596/2023	20,0	20,0
<b>Total</b>	<b>276,4</b>	<b>108,6</b>

Fonte: Instituição Fiscal Independente (IFI)

Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura Investimentos, piorou as projeções para o rombo fiscal de 2024 em meio à má repercussão das falas de Lula. “Se no primeiro ano

do arcabouço, o governo não vai realizar os sacrifícios para o cumprimento da meta, é baixa a probabilidade de que nos anos seguintes, especialmente em 2026, que é ano eleitoral,

seja seguido”, afirmou.

Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), lembrou que como o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLOA) de 2024 não



**Se no primeiro ano do arcabouço, o governo não vai realizar os sacrifícios para o cumprimento da meta, é baixa a probabilidade de que nos anos seguintes, especialmente em 2026, que é ano eleitoral, seja seguido”**

**Nicolas Borsoi,**  
economista-chefe da Nova Futura Investimentos

foi aprovado pelo Congresso, ainda existe o risco de o governo mudar a meta fiscal. Ela ressaltou que existe um grande problema orçamentário, pois uma série de receitas é incerta — são matérias que dependem de aprovação do Congresso.

Pelas contas que faz, R\$ 168,5 bilhões de R\$ 276,4 bilhões de receitas previstas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 precisam de aprovação do Legislativo (veja quadro acima).